



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6891 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: ENERGIAS OPOSTAS NA RELAÇÃO ATORES EXTERNOS E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO?

Maria Gorete S de Jesus - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Gabriela Sousa Rego Pimentel - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Agência e/ou Instituição Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Políticas públicas educacionais no Brasil: energias opostas na relação atores externos e profissionais da educação?

*

1 INTRODUÇÃO

O presente texto nasceu a partir das discussões e pesquisas realizadas no âmbito da disciplina Política Educacional Brasileira e tem como objetivo ampliar os saberes em torno das problemáticas atinentes aos discursos que emanam dos organismos internacionais e demais atores externos no campo das políticas públicas educacionais e sua relação com os profissionais da educação no contexto brasileiro.

As discussões sobre a qualidade da educação brasileira nas últimas três décadas tem sido objeto de estudo e interesse de diferentes atores nacionais e internacionais, cujos propósitos e intencionalidades precisam ser analisados criticamente, tal como as relações que se estabelecem entre os envolvidos na tentativa de formação de agendas para a educação. Inúmeros profissionais, entre eles: diretores, coordenadores e professores vivenciam experiências e desafios no campo educacional. Aumenta-se às exigências para performatividade em relação ao trabalho realizado, pois espera-se que as práticas escolares corroborem para evolução dos indicadores escolares, utilizando-se de critérios de meritocracia, ênfase em eficácia e bons resultados nas avaliações educacionais externas.

A circulação de políticas públicas pautadas na melhoria da qualidade da educação, especialmente nos países em desenvolvimento tornaram-se uma tendência na sociedade globalizada. Isso requisita aprofundar os conhecimentos sobre as intencionalidades dos discursos provenientes dos diferentes atores externos, dos intelectuais e dos profissionais da

educação, no sentido de entender o sentimento de desvalorização que permeia o cotidiano destes últimos e evidenciam preocupações quanto ao desenvolvimento intelectual e humano dos alunos diante das propostas educacionais estabelecidas. Figura-se entre propostas de reforma da educação, o cenário de tensões, de resistências, de divergências de interesses, logo justifica-se refletir sobre o seguinte questionamento: qual a relação entre as intencionalidades dos discursos sobre as políticas educacionais que emanam dos atores externos à escola e os profissionais da educação no contexto brasileiro?

Portanto, busca-se através de alguns teóricos do campo das políticas públicas, quais sejam: Boneti (2007); Libâneo (2016); Pimentel (2019); Libâneo e Freitas (2018); Saraiva e Souza (2020); Oliveira (2020) e outros importantes autores, fazer uma análise preliminar sobre as políticas públicas no contexto brasileiro; refletir sobre as intencionalidades dos discursos que emanam dos diferentes atores externos, sua relação com os profissionais da educação e como reverberam no contexto escolar.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Políticas públicas educacionais: conceito, dimensões e contexto educacional brasileiro.

Segundo, Boneti (2007) as políticas estão relacionadas com surgimento de ideias, princípios e vontade, envolve interesses, ideologias, concepções científicas, forças sociais, cujas complexidades são significativas. Faz-se necessário entender o conceito de políticas públicas, as dimensões que a envolve, quais são os agentes definidores dessas políticas e em seguida discutir as políticas educacionais direcionadas às escolas públicas no contexto brasileiro.

O autor em tela salienta que o Estado não pode ser campo neutro de debate, pois é inegável o poder de força dos demais segmentos sociais e os conflitos provenientes dos diversos jogos de poderes e correlação de forças que se estabelecem em diferentes segmentos que constituem a sociedade civil, os quais são movidos pela disputa dos recursos públicos e ou intervenção da realidade social. Com isso, as políticas públicas podem ser denominadas como um conjunto de ações provenientes dos princípios que guiam os diferentes atores sociais, intimamente, relacionadas com a necessidade de intervenção de uma realidade para fins econômicos, políticos ou sociais.

A elaboração das políticas públicas compreendem dimensões que envolvem desde a complexidade quanto ao princípio da sistematização; a operacionalização e o caráter das políticas públicas, este último “[...] é construído durante o todo da sua trajetória, desde o momento da sua elaboração até a sua operacionalização, assumindo importância decisiva na formação desse caráter a correlação de forças sociais envolvidas” (BONETI, 2007, p. 90).

No que tange aos diferentes atores nacionais e internacionais interessados nas políticas públicas, destacam-se: elites, agentes, indivíduos, Fundo Monetário Internacional (FMI) Organização Mundial do Comércio (OMC); Organização das Nações Unidas para a Educação, Cultura e Ciência (UNESCO); Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), corporações transnacionais e outros. É importante mencioná-los para que se tenha clareza quanto à amplitude dos diferentes organismos que se debruçam sobre as políticas educacionais, os quais possuem ideologias, capacidade de elaboração, operacionalização, poderes, recursos econômicos, apoio político e autonomia distintos para propor ações e políticas educacionais direcionadas às escolas públicas.

A partir do entendimento dos conceitos preliminares que envolvem as políticas públicas, pode-se discutir o contexto educacional brasileiro, o qual requisita prioridade na agenda política no sentido de promover melhorias para os gargalos que encontram enraizados em todo processo histórico da educação no Brasil. Arrisca-se afirmar que no Brasil, as políticas públicas educacionais possuem um caráter social, muito associadas aos dispositivos políticos, ideológicos e econômicos, influenciadas, especialmente, pelos projetos de governos e demais atores sociais.

Libâneo e Freitas (2018) organizaram discussões importantes sobre as políticas educacionais neoliberais e escola pública. Discute-se às políticas públicas baseadas em resultados, o impacto na qualidade do ensino e na profissão docente, cujas informações possibilitam uma análise das relações que se constituem entre os profissionais do contexto escolar e os atores externos. Verifica-se nos diálogos dos profissionais avaliados o sentimento de falta de autonomia, de desvalorização da profissão docente e dúvidas quanto à promoção dos conhecimentos científicos, dos valores morais e profissionais dos alunos.

Pimentel (2019) ao realizar um estudo sobre a Agenda 2030 das Organizações Unidas para atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a qual é considerada como um importante “instrumento para garantir a aprendizagem de qualidade para todos”, analisa que o Brasil avançou em relação à meta de universalização do acesso à educação básica, em que 98,0% das crianças de 6 a 14 anos estão matriculadas no ensino fundamental, como também, houve aumento de matrículas em outras modalidades de ensino, porém precisa-se reformular um conjunto de ações para melhoria da educação no país, inclusive com “valorização dos profissionais do magistério, com impacto efetivo nas atividades pedagógicas desenvolvidas no contexto da escola” (PIMENTEL, 2019, p. 31). Portanto, a garantia de uma educação equitativa, inclusiva e de qualidade no contexto brasileiro, é uma das condições essenciais para formação de cidadãos com responsabilidade sustentável ao longo da vida.

Os gestores e demais profissionais da educação exercem papel relevante no contexto escolar, devem compreender as dimensões das políticas educacionais, analisar a viabilidade, conhecer as necessidades locais e globais, as metas e os objetivos pretendidos, porém não podem permitir “o desfiguramento da escola” e o esvaziamento dos projetos indispensáveis para uma educação de qualidade.

Assim, sugere-se visão crítica sobre os discursos em torno das políticas educacionais no Brasil, e de que forma estão sendo disseminados no âmbito das escolas públicas pelos diferentes atores, formuladores ou não das políticas públicas e suas possíveis implicações para o desenvolvimento de indivíduos atuantes e conscientes da sua responsabilidade em âmbito local ou global.

2.2 Políticas públicas Educacionais: intencionalidades dos discursos dos atores externos e os profissionais da educação.

Saraiva e Souza (2020) salientam que nas últimas décadas em função do cenário global, da lógica capitalista e das necessidades de reformas nos processos do Estado, as discussões sobre a construção de uma nova agenda para a formação docente ganhou centralidade e tem se tornado objeto de análise dos organismos internacionais, os quais operam para a circulação e transferência de políticas educacionais ao redor do mundo, direcionando-as para uma cultura de performatividade e avaliação de resultados, apoiando-se na eficácia escolar como medida de qualidade do sistema.

As Organizações internacionais (OIs), quais sejam: Banco Mundial, Organização

Mundial do Comércio, Organização Mundial para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) “atuam na construção da ação pública, inspirando, induzindo e propondo adaptações de políticas e ações educativas, com discursos contextualizados nos níveis nacionais com distintas camadas de complexidade, mediação e resistência (SARAIVA, SOUSA, 2020, p.132)”. Dentre essas organizações, merecem destaque a OCDE e a UNESCO, as quais possuem setores educacionais próprios, organizados, estruturados, periciais na construção de uma agenda para as políticas educacionais, cujos discursos e recomendações são produzidos e validados pelos “atores do conhecimento” que aparentam neutralidade política e científica, estabelecem padrões normativos comuns que são dificilmente questionados e exercem poder significativo na regulação transnacional.

Destarte, em uma sociedade transitória, marcada por transformações globais, que demandam rapidez, uso das tecnologias, interação com diferentes culturas e processos, faz-se necessário focar na aprendizagem e na formação contínua ao longo da vida. Eficiência e eficácia são palavras de ordem no século XXI em diferentes instituições. No entanto, chama atenção, que os assuntos relacionados à melhoria da eficácia nas organizações educativas são objeto de constantes críticas e preocupações, talvez devido às intencionalidades dos discursos produzidos por determinados atores que possuem interesses particulares e ou priorizam os jogos políticos em detrimento das necessidades de aprendizagem e qualidade da educação. Para Libâneo (2016, p.23) a educação de qualidade “propicia as condições do desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral dos alunos, considerando suas características individuais, sociais e culturais e as práticas socioculturais de que vivenciam e participam”.

Os OIs exercem papel e realizam contribuições importantes no campo educacional, às escolas precisam de professores eficazes, uma vez que são profissionais determinantes na busca de melhores resultados de aprendizagem e dos processos escolares, os quais não podem ser responsabilizados em grande parte pelo insucesso escolar. É preciso analisar se essas políticas promovem “o desfiguramento do espaço escolar como lugar de formação cultural e científica”, as intencionalidades dos discursos, os atores envolvidos e o conjunto de fatores escolares tais como: gestão, infraestrutura, currículo, questões sociais que envolvem a comunidade, e etc..., pois devem ser agregadoras e ter como propósito central: a qualidade da educação. Segundo Bauman (1997, p.66), “um propósito divide as ações entre ações úteis e ações inúteis propósito fornece a medida e o critério de escolha”. Converte as ações em alternativas e permite que sejam comparadas, que se estabeleça uma preferência e se aja segundo ela.

Oliveira (2020), por sua vez, apresenta reflexões sobre as políticas itinerantes de educação com forte ênfase para os discursos que emanam dos organismos internacionais, em especial da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e sua recepção no contexto latino-americano, cujas diferentes formas de capturar e transformar a realidade educacional intensificam o sentimento de crise escolar e desvalorização da profissão docente. As políticas públicas designadas como itinerantes são aquelas que viajam transnacionalmente, cujas narrativas são construídas por atores específicos, quais sejam: agentes, indivíduos, atores não governamentais e organizações internacionais, propagando-se através de múltiplas estratégias de difusão que transitam do global ao local, buscam avaliar, determinar e identificar a qualidade da docência e a eficácia escolar.

Embora os indicadores permitam análises fundamentadas na objetividade das estatísticas e sirvam como norteadores das políticas públicas educacionais, também apresentam seu lado sombrio; quando utilizados com intencionalidades para fins de políticas de governo e ou atendimento aos interesses de determinados atores. O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), por exemplo, é considerado como referência de qualidade

da educação pelos governos, mas nos países da América do Sul recebe críticas significativas, pois devido ao processo de politização transforma-se em um jogo de números.

As intencionalidades dos discursos, principalmente, nos países latino-americanos, não podem apenas exigir excelência do docente, apresentar ferramentas de avaliações, replicar modelos prontos e não conceder melhores condições de trabalho, de remuneração e incentivos à profissão docente, assim como adequar às políticas educacionais as reais necessidades do contexto escolar e focar em aprendizagem poderosa. Desta forma, cabe refletir: As energias empreendidas pelos atores externos em busca da chamada qualidade da educação encontram-se opostas ao cotidiano dos profissionais da educação?

As constantes críticas realizadas as avaliações externas partem do princípio de que os alunos não estão sendo preparados para a vida, para o desenvolvimento do conhecimento poderoso, tampouco para atender as expectativas do mercado de trabalho, ou seja, estão sem direção, com isso se distanciam do que diz a Constituição Federal de 1988 Art. 205 disponível no site do Senado. “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Nesta senda de tensões, embates e debates tornam-se condição *sine qua non*, identificar um ponto de equilíbrio no que tange as narrativas sobre políticas públicas educacionais e os profissionais da educação. É fundamental que os discursos globais se aproximem do contexto escolar para efetivação de programas educativos, com objetivos que promovam não só a melhoria dos *rankings* e resultados educacionais, mas que sirvam como instrumentos de transformação social e cultural, que sejam capazes de organizar parcerias e articular com os diferentes atores no sentido de construir e enriquecer as dinâmicas do sistema educacional, isto é, que não atendam apenas aos interesses políticos e econômicos. A cultura do desempenho pautado na eficácia dos processos escolares sem o devido compromisso e entendimento com os profissionais da educação provocam o sentimento de limitação e falta de autonomia profissional diante das propostas estabelecidas pelos atores hegemônicos, com isso reforçam as tensões e impasses no campo educacional.

Com efeito, todos devem ser conscientes da responsabilidade de atingir aos objetivos postos, tenham resiliência para enfrentar as contingências e aceitar os dissensos como uma característica natural da democracia. Entretanto, a construção da democracia é historicamente marcada por conflitos e lutas. De acordo com Beras (2013, p. 16) é importante reconhecer “[...] a democracia como um processo interdependente que, ao longo da história, foi definindo seus aspectos centrais. Tais definições não se construíram de forma linear e tranquila: são frutos de tensões e conflitos”. Portanto, as discussões em torno das políticas educacionais no contexto brasileiro precisam ir além das questões partidárias, dos interesses individuais, dos jogos políticos, das divergências entre atores externos e internos.

3 CONCLUSÃO

Os profissionais da educação lidam com desafios decorrentes da influência dos organismos nacionais e internacionais, estes últimos que exercem papel decisivo na formulação de uma nova agenda para a educação, a qual baseia-se na lógica competitiva e empresarial, utilizando-se de modelos como a meritocracia, cujas características voltam-se para os indicadores de desempenho, performatividade e eficácia.

Faz-se importante apresentar resiliência, avaliar a viabilidade das propostas,

incorporar os traços positivos das políticas neoliberais, sem desprezar as assimetrias existentes, cujas diferenças e oposições são traços marcantes em sociedades democráticas. Ademais, não se pode negar o poder de força dos atores hegemônicos, suas intencionalidades em relação aos países em desenvolvimento, os quais possuem estruturas organizadas, recursos, tecnologias informacionais e ideologias poderosas, aspectos estes que os colocam em condição de influenciadores e ou definidores das políticas públicas.

É fundamental enfrentar essa realidade com sabedoria, entender as transformações e sua natureza, promover uma autocrítica das práticas realizadas, valorizar os conhecimentos quando negados ou depreciados em prol de uma lógica estabelecida, cujas características são globais e ligadas a uma ideia de homogeneização. Porém, a afirmação dos próprios valores exige reflexão, maturação e disposição para a mudança. Todos os atores sejam: nacionais ou internacionais, externos ou internos, profissionais da educação ou de outras áreas, tem a responsabilidade de buscar objetivos comuns e que atendem ao propósito principal que é a qualidade da educação no contexto brasileiro, ainda que as energias demonstrem-se opostas.

As políticas públicas educacionais não podem ser instrumentos de poder, de dominação e jogos de interesses, mas uma potência para transformar a sociedade, constituindo-se a partir de uma relação dialógica que permita o desenvolvimento de sujeitos autocríticos, participativos e humanos.

4 REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. Trad. de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

BERAS, Cesar. **Democracia, cidadania e sociedade civil**. [livro eletrônico] – Curitiba: InterSaberes, 2013. – (Série Temas Sociais Contemporâneos).

BRASIL, **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 22 de ago. 2020.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. 2 ed. - Ijuí – RS: Unijuí, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Políticas itinerantes de educação e a reestruturação da profissão docente**: o papel das cúpulas da OCDE e sua recepção no contexto brasileiro. Currículo sem Fronteiras, v. 20, n. 1, p. 85-107, jan./abr. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Políticas Educacionais no Brasil**: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. Cad. Pesqui. vol.46 no. 159 São Paulo. Jan./Mar. 2016.

LIBBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira. **Políticas educacionais neoliberais e escola pública**: uma qualidade restrita de educação escolar. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018.

PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo. O Brasil e os desafios da educação e dos educadores na agenda 2030 da ONU. **Rev. Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**. Brasília/DF, v. 1, n. 3, Núm. Esp. p. 22-33, 2019.

SARAIVA Ana Maria Alves; SOUZA, Juliana de Fátima. **A formação docente e as organizações internacionais**: uma agenda focada na performatividade dos professores e na eficácia escolar. *Currículo sem Fronteiras*, v. 20, n. 1, p. 129-147, jan./abr. 2020.